

27 OUT 2001

DORA KRAMER COISAS DA POLÍTICA

Cansado está o eleitorado

Os senadores do finado Conselho de Ética alegam que decidiram pelo arquivamento do processo contra o senador Luiz Otávio porque estão cansados de tanta guerra em defesa da ética e dos bons costumes no setor público. Cumpre informar, no entanto, que se Suas Excelências "estão mortas", de cansaço, e acham que as investigações "desmoralizam a instituição", o eleitorado está para lá de farto da desfaçatez de quem vive do voto obrigatório e ainda dá-se ao desfrute de imprimir ao Parlamento regras e tempos próprios, diferentes daqueles aplicados ao todo da cidadania.

O assunto dar-se-ia por esgotado caso não fossem as explicações fornecidas por alguns senadores – publicadas ontem nos jornais – que pioram bem o episódio e mostram que o presidente do extinto Conselho de Ética, Juvêncio da Fonseca, não foi voz isolada quando pregou um freio nas investigações de um modo geral e ainda acusou o Senado de ter agredido a Constituição ao provocar o afastamento dos senadores Luiz Estevão, José Roberto Arruda, Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho.

Vamos a algumas dessas manifestações: "Se formos condenar quem enriqueceu ilicitamente ou cometeu irregularidades, seremos obrigados a processar centenas", disse o senador Carlos Patrocínio, considerando naturalíssimo o enriquecimento ilícito, mas sem especificar a "centenas" de quê se referia, já que senadores – 81 – não somam sequer uma.

Passemos ao líder do PSDB, Geraldo Melo: "Qual o cidadão que nunca teve um cheque devolvido, um título protestado? A dificuldade financeira é inerente a quem se envolve em atividades empresariais. Aí a pessoa resolve ser senador, anos depois, e vão dizer que houve quebra de decoro?" Bonita lição forneceu o senador às novas gerações: considerando que a dificuldade financeira não é inerente apenas a quem se envolve em atividades empresariais e, segundo seus argumentos, a dificuldade justifica o ilícito, a conclusão é a de que o cheque sem fundos e o calote de dívidas passam, na visão dele, à condição de legalidades justificadas.

Ney Suassuna, o novo ministro da Integração Nacional, achou um jeito peculiar de esquentar panos sobre o episódio: "Que ele (o senador Luiz Otávio) cometeu irregularidades, todos sabemos. Mas não meteu a mão no dinheiro. Ficou tudo com o sogro, dono da empresa." Empresa esta da qual o senador Luiz Otávio era sócio e levou um empréstimo de US\$ 13 milhões do BNDES para projetos que não realizou. Portanto, na concepção do novo ministro, se fica tudo em família, que mal há?

Enquanto a naturalidade com essas declarações tomava conta do ambiente, uma voz lúcida, a do senador Saturnino Braga, levantou-se: "Estou perplexo com o que está se falando!"

O senador Saturnino tenha certeza de que não está sozinho na sua perplexidade. Assim também estão as dezenas de leitores que se manifestaram por e-mail e também aqueles que nem força para reagir têm.

Estão cansados, não como o Senado, de levar adiante um trabalho de necessária depuração. Mas de assistir a seus representantes – compulsórios, enquanto houver a obrigatoriedade do voto – comportarem-se como se vivessem em outra galáxia. Imagine o leitor se a polícia resolvesse também declarar-se "cansada" de investigar crimes, pois isso exporia a situação de uma sociedade onde há criminalidade crescente?

E o médico, então, poderia dizer-se cansadíssimo de atender pacientes, porque isso daria uma falsa idéia de que a Humanidade não é saudável como gostaríamos. Advogados esgotados também poderiam parar de defender acusados sob o argumento de que em nossa florida e sorridente coletividade não vigora suspeição sobre ninguém.

Há quem argumente que o Senado não é delegacia de polícia e que, portanto, precisa parar de funcionar tal e qual, e dedicar-se a temas de estatura. Perfeitamente. Desde que a instituição retire de seu convívio freqüentadores de inquéritos policiais e se mostre capaz de elevar o patamar da representação, tarefa esta da qual não pode também se abster o eleitor, mas que começa com a reforma da lei e das condutas que permitem candidaturas de portadores de folhas corridas. O ideal é que possamos contar com biografias.

Senado Federal